



## Vasco Lourenço: "Os cães ladram..."

O CAPITÃO Vasco Lourenço respondendo ontem à noite em entrevista na Televisão à proposta do golpe militar de direita preparado para hoje o qual fora denunciado pela chamada Comissão de Vigilância Revolucionária do Norte e — amplamente divulgado na primeira página, no lugar de maior destaque pelo «Diário de Notícias» e «Século» — em que Vasco Lourenço estava envolvido disse este membro do Conselho da Revolução que tal mais «parecia a guerra do Salsado». «Parece por um lado autêntica opereta, e, por outro lado, perante tais provocações, eu começo a duvidar se haverá alguma comissão de vigilância ou se os ataques que são dando cobertura a estes comunicados não estarão por detrás deles».

Vasco Lourenço, bem humorado, acrescentou que agora tinha chegado a vez dele, de ser provocado, mas que o único comentário que tinha a fazer era de que «se eles continuassem a ladrar e a carregar conchas a passar».

Quanto ao facto de a tal Comissão de Vigilância se ter referido a uma conversa telefónica entre ele e o brigadeiro Pires Veloso, conversas que, segundo afirmou, mantêm quase diariamente com o Comandante da Região Militar do Norte para troca de informações, só veio provar que existia em Portugal quem faça escutas telefónicas.

## Pinto Soares anuncia encerramento de Academia Militar

O ENCERRAMENTO da Academia Militar foi ontem anunciado em conferência de imprensa efectuada pelo general Pinto Soares, invocando para o facto a falta de provas de que aquela Escola dispõe para assegurar o funcionamento normal.

Sabidamente, ainda, acerca deste assunto, que a decisão tinha sido tomada em plénários realizados pelos diversos conselhos existentes na Academia.

Seguidamente, o general Pinto Soares referiu-se a uma reunião que se deveria ter realizado na segunda-feira à noite. Teriam sido convidados, segundo afirmou o general Pinto Soares, para esta reunião elementos afectos às diversas tendências do MFA. A reunião, porém, não se efectuou dada a ausência de elementos afectos ao «grupo dos nove». Nesse sentido o general Pinto Soares, mandado para o efeito pelo Estado-Maior do Exército e por ser ainda um dos elementos que accedeu na renúnciação das forças progressistas do MFA, informou que já tinha contactado com o capitão Vasco Lourenço, o qual adiantou não ter podido estar presente na referida reunião, pois ao mesmo tempo encontrava-se em outra mais importante.

## Denúncia de acções «cunhalistas» na F. Aérea

NUM VIGOROSO comunicado, as Brigadas de Intervenção e Vigilância Revolucionária das Forças Armadas (ligadas à F.M.U.) denunciam «manobras» do PCP e FUR, que «criam insidiosamente uma encaenação de golpe de estado permanente com o objectivo claro de provocar a reacção para um contra-golpe que seria sempre reacconário». Estas «manobras» acrescenta «são originárias de elementos bem conhecidos da estirpe e agora clandestina S.<sup>a</sup> Divisão, ligada a elementos do ex-gabinete Vasco Gonçalves e do COPCON, bem como do actual gabinete do Primeiro-Ministro». Depois, reflete o objectivo dessas «acções infiltradas no PCP/FUR, apoiados pela sua bem organizada máquina partidária com o apoio de órgãos de Comunicação Social»: «ressuscitar figuras-simbolo de uma ditadura social-fascista».

O comunicado denuncia uma reunião, realizada no sábado passado ao Sindicato dos Médicos com a presença do capitão Paulino, major Ventura, major Manacas, major Costa Martins, capitão Sobral Costa, tenente-coronel Lince, Chefe da Divisão de Informação do ENFA, e major Arturdo Ferreira do COPCON, entre outros. Nesta teria nascido uma pretensa «associação Revolucionária de oficiais da Força Aérea» dela teriam saído os artigos do «Diário de Notícias», feitos por Faria Paulino, e a reorganização do RCP, dirigida pelo ex-membro da Liga dos Antigos Graduados da MP, capitão Sobral Costa.

No plano de conjunto de «subversão» das Unidades militares se inseriria o frustrado processo desencadeado na Escola Prática de Infantaria em Malra, na 2.<sup>a</sup> feira, visando «o saneamento dos oficiais que não estão enquadrados ao PCP/FUR» (ver análise de Benjamin Formigo pág. 2).

No mesmo plano se enquadraria a anunciada «irradiação» da Base Aérea 6, no Montijo, com armas e tractores a fim de ocupar a Unidade». Segundo o comunicado, a próxima Unidade a ser visitada será a B.A. de Monte Real. Finalmente, na Base de Tancoas, ter-se-ia verificado um golpe «cunhalista» liderado por meia dúzia de sargentos activistas, dos quais se destacariam os primeiros-sargentos Godinho, Serigado, Ciro, Alvaro Neves, Vieira de Sousa e Moia Felício, apoiados pela Comissão Coordenadora de Sargentos da Força Aérea, «caravala de Tróia do PCP», através de primeiro-sargento Luís, o primeiro-sargento Amadeu, sargento-ajudante Araújo Lopes e outros». Apadrinharia esta operação, além de Sobral Costa, «o patrono general Otelo Saraiva de Carvalho, que, atraído pelo general Morais da Silva, prometeu o apoio logístico e administrativo do COPCON à Unidade onde já se deslocou na manhã de passada segunda-feira o conhecido dinamizador «aparridário» major Dinis de Almeida do RALIS».

O comunicado acrescenta que «os sargentos «cunhalistas», na expectativa de produção em oficiais, esperam propor para primeiro Comandante o «destemido» major Pires, cobarde em combate, pelo que foi alvo de um processo de saneamento antes do 25 de Abril».

## Documento importante do GDE: autocrítica do MFA

O GABINETE de Dinamização do Exército (GDDE), repartição do Estado-Maior do Exército criada já depois de 25 de Abril, elaborou uma longa análise da actual situação político-militar, e de que, em particular, se salienta uma parte designada como "Autocrítica do MFA". A importância desta análise estará mais no facto de ter resultado do trabalho de um órgão muito significativo do Exército do que no seu conteúdo concreto, onde se encontram indicações já habituais nas análises jornalísticas.

É esse texto, datado de 6 de Novembro, que aqui se transcreve apresentando-o à consideração do povo português para o qual foi escrito, como se deduz do seu título.

### Mensagem do M.F.A. ao povo português

Ao pretender-se que o MFA seja um movimento revolucionário entende-se que a prática salutar da crítica e autocrítica, constitui um genuíno processo revolucionário para análise de situações e procedimentos, capaz de contribuir para a suspensão de determinadas crises políticas, resultantes de contradições quase sempre agudizadas por forças e interesses contrários ao processo em curso e que espelham constantemente as fraquezas das forças democráticas para actuarem em sentido contrário.

É porque deverá ser um Mo-

vimento Revolucionário de esquerda, de clara vocação socialista, entende-se também que toda a crítica que mova contra si próprio ou contra aqueles que se encontram envolvidos na realização dos mesmos objectivos terá que situar-se numa inequívoca perspectiva de esquerda, sem que, tudo o que disser, será desvirtuado, distorcido e totalmente despojado de motivação revolucionária.

Se assim a crítica poderá ser construtiva e dialéctica, isto é, susceptível de contribuir para a abertura de novos caminhos para a revolução portuguesa.

Nesta revolução além do MFA está permanentemente em causa 4 forças fundamentais:

- Os Partidos Políticos
- As Organizações de Massas
- O Povo em geral
- Forças externas

pelo que não se estranhará que as mesmas sejam tidas como amadurese ao longo deste exame crítico.

Aos Partidos Políticos progressistas, as organizações de massas e ao povo em geral — mas sobretudo a este último — se dirige a homenagem respeitosa dos militares do MFA, para quem nada será demais para ajudar a levar a cabo a reconstrução da unidade nacional, única via para a consecução dos objectivos socialistas apontados pela revolução de Abril e para a materialização da aliança POVO—MFA.

Esses objectivos terão de ser alcançados para o povo e com o

povo português e esta verdade histórica tem sido esquecida em muitos passos dados ao longo do processo português.

O MFA tem sido um dos grandes culpados dos erros que se cometeram até agora. Pensa-se mesmo que, quando outros erram, ainda somos nós, militares, que erramos, porque tudo comosco, conosco em 25 de Abril, por amor da liberdade e da democracia, que as novas gerações nunca conheceram, e se alguns erros outros comtem, é ainda porque o MFA, na honesta intenção de deixar aos portugueses a escolha do seu próprio destino, consentiu, irreflexivamente, num verdadeiro clima de abrutida competição político-partidária, que tantos dislabores nos vêm causando.

Não estamos a esquecer com isto, a acção patriótica e revolucionária dos portugueses que, antes do 25 de Abril, puseram os seus ideais e as suas próprias vidas ao serviço da libertação do povo português dum regime odioso de exploração que o oprimiu durante quase meio século. Afirma-se mesmo que a insuficiência dessa acção e desses portugueses de rara abnegação patriótica foi decisiva para o desabrochar do espírito libertador que haveria de fecundar nas hostes do exército e das FA e conduzir homens de não menos rara fibra a revolução ao levantamento glorioso do 25 de Abril. Estamos todos juntos, agora, na grande nau da revolução portuguesa.

Sabemos que estamos unidos e coesos no que há de mais essencial no ideário de uma revolução socialista:

— Queremos construir uma sociedade sem classes onde cesse de vez a exploração do homem pelo homem;

— Queremos construir uma sociedade nova onde se alterem as relações de produção da velha e caduca sociedade capitalista, no sentido da colectivização dos meios de produção e do controlo organizado da produção pelas massas trabalhadoras;

— Queremos construir uma sociedade onde o estado deixe de administrar pessoas para passar a administrar exclusivamente as coisas necessárias à vida social das mesmas pessoas;

— Queremos contribuir para um mundo mais rico e abundante em que os homens não busquem a solução para os seus problemas nos conflitos e na guerra, mas na amizade, na concordia e na compreensão mútua;

Estes são objectivos socialistas que nos unem.

Está é a base ideológica e revolucionária onde devemos de nos dar as mãos, o MFA, os partidos políticos progressistas, as organizações de massas e o heróico povo português, porque é volta daquele programa se encontraram, inescusavelmente, quantos se bateram e se batem por um Portugal livre e democrático, todos quantos so-

Continua pág. 6

Continuação da pág. 1

ferram o flagelo de uma guerra de catorze anos, todos, finalmente, que foram explorados e oprimidos, durante quarenta e oito anos, em campos e fábricas, escolas e serviços, onde a miséria, a fome e a ignorância foram os salários do trabalho nacional.

É e ainda é luz desse programa comum, que temos de ter a humildade e a coragem revolucionárias para corrigir os erros cometidos nas enormes tarefas que temos enfrentado ao longo deste inusitado ano e meio de lutas e conquistas ainda não consolidadas.

É assim que o MFA surge, perante si próprio e perante o povo português, a prestar o testemunho revolucionário das suas humanas limitações e de todas as suas insuficiências que têm estado na origem das hesitações e das dificuldades no evoluir do processo em curso. Mas antes, queremos pôr de todas as forças progressistas, a todas as organizações de massas, a todo o povo português, que deseja verdadeiramente a revolução, que demonstrem pela prática a unidade indissolúvel nas questões fundamentais e que as divergências nas linhas de acção e em tudo o que é secundário, não servirem de alibi às forças do capitalismo internacional empenhadas na reacção em Portugal.

## Autocrítica revolucionária do M.F.A.

### 1. QUESTÃO POLITICA

**PRIMEIRO** — É verdade que o CR, a 5.ª Divisão, os Gabinetes de Dissimulação dos três ramos, a AMFA, deixaram-se conduzir em muitas ocasiões por perspectivas estranhas ao MFA incapacitando-o, consequentemente, na tomada de posições e de decisões mais concordantes com o interesse colectivo do povo português.

**SEGUNDO** — É verdade também que tal conduta, inevitavelmente indisciplinada, está na base da pulverização do poder político e militar nessa dispensa — uma falha permanente da revolução portuguesa, pois foi ela que fomentou da autoridade revolucionária e o quadro anárquico que hoje se desinha no País.

Intimida — é verdade que pedras importantes dentro do MFA —

intencionalmente ou não — criaram condições para determinadas penetrações partidárias no seu seio, havendo que se destacar neste particular aspecto o faustismo concedido ao PCP, alheio à generalidade do MFA, facto que esteve na base do clima de suspeita e desconfiança de significativas camadas da população em relação ao MFA e o seu lógico afastamento do mesmo. Este facto é fruto da tática de colagem do PCP e do comportamento partidário de alguns elementos do MFA. Consequentemente com essas massas populares afastaram-se organizações políticas imprescindíveis ao processo. Foi o caso do PS.

Reconhece o MFA que esta coisa — a qual não soube evitar — está no cerne da grave crise política. Aliquotou os caminhos à revolução.

**QUARTO** — Como corolário do ponto anterior, é preciso dizer-se com desasombro que o M.F.A. de camadas responsáveis se deixou enleiar pela teia do PCP e influenciar-se, portanto, por um instrumento ideológico agressivo de grande parte do Povo Português, sobretudo se tivermos em conta o estado de despolitização em que o mesmo se encontrava.

Por outro lado, e mais recentemente, após a tomada de posição dos "nove", verifica-se a colagem agora do PS e, o que é mais grave, de toda a direita, permitindo-se, até, graves tomadas de posição contra o MFA, (PPD a pedir a sua extinção, etc.)

É verdade, portanto, que o MFA, a começar pelo actual CR não tem sabido encontrar as formas de actuação conducentes a uma independência partidária nem tem conseguido evitar o crescimento reaccionário que se verifica a todos os níveis.

**QUINTO** — Reconhece-se agora, que uma tal incapacidade para a acção partidária concretizou quase sempre, para uma grande falta de lucidez e de tacto político, no desanúncio de determinadas tensões e na distribuição de ardidas manobras partidárias, que acabaram por precipitar a actual crise.

**SEXTO** — É preciso que o MFA se penitencie por muitos dos seus melhores elementos que se deixaram arrastar por cegueiras e paixões partidárias deixando de servir o interesse colectivo do Povo, para se empenharem no cum-

trimento de objectivos sectários que nada têm a haver com o espírito do Programa do MFA e da própria dinâmica do processo revolucionário. Fria-se que um MFA, permissivo de uma escalada partidária, nos centros do Poder, coloca-se nitidamente numa posição contrária ao pensamento revolucionário que a todos deve animar.

**SETIMO** — O MFA também não está isento de culpas na degradação progressiva das conquistas revolucionárias que o Povo Português tem obtido ao longo do processo, por carência de capacidade ou de autoridade para se consolidar e dar-lhes o verdadeiro significado histórico dentro de uma revolução socialista, e também pela forma como se deixau enleiar nas críticas a tudo e a todos, na mistificação da própria luta de classes, aprofundando naturais e humanas divergências entre quem dirige e governa, antagonizando partidos divididos, desprestigiando, difamando todo um conjunto de acções que agravaram as tensões dentro das FA e sobretudo do Exército, e concorrem para que se partiu o País em dois espaços políticos irreconciliáveis.

**OITO** — Considera-se que o resultado da Aliança POVO—MFA, aprovado em AMFA, é o rumo seguro e firme para a construção do socialismo em Portugal por uma via suprapartidária, pela qual se garante a legitimidade das organizações unitárias populares de base como futura expressão do fundamento do poder democrático e socialista em Portugal.

Todavia, considera-se também que o anúncio ao País de tal programa e a sua forma de lançamento, não foram rodeados das precauções mínimas indispensáveis para garantir a confiança do Povo em geral e das suas principais organizações, nas intenções genuinamente democráticas e revolucionárias que presidiram à elaboração do mesmo. Assim, gerou-se todo um mecanismo divisionista, sabidamente explorado por todos quantos não estão interessados na materialização de tal aliança.

**NONO** — A dinamização cultural é uma das grandes pedras de toque de todo o processo que se tem vindo a desenvolver desde o 25 de Abril.

A CODICE, animada pelo interesse de melhor servir a revolução, cedo se preparou e organizou para levar até justo do povo a presença esclarecedora do MFA e, com ela, a própria imagem da Revolução.

Mas se as intenções eram boas, já o mesmo não se pode dizer do que efectivamente aconteceu na prática. E aqui, forçoso é reconhecer, por algumas vezes, defraudada a expectativa popular e deturpada a imagem da revolução.

Sabemos que uma revolução que pretende ser de transição de um estado capitalista para um estado socialista terá de transformar a realidade sócio-cultural que lhe serviu de motivação, sem que tenha necessariamente de provocar a ruptura do tecido social sobre o qual se baseia a sua acção. Assim, para que tenha sucesso, é fundamental que os objectivos da revolução actuem em permanente respeito pelos hábitos e valores sócio-culturais das populações. Tal não aconteceu na maior parte dos casos e alguns houve em que se constatarem graves afrontas aos valores morais, tradicionais e culturais do nosso Povo, o qual, num sentimento de natural rejeição, se afastou progressivamente dos homens do MFA.

**DECIMO** — Animado, desde o início da revolução, por um acendrado desejo de servir o povo a que pertence, o MFA criou rapidamente as necessárias condições para serem praticados e respeitadas os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos quais se destacam as liberdades de pensamento e de expressão sob todas as formas e a liberdade de associação.

Com isto, cumpriram os homens do MFA, em 25 de Abril 74, um dos seus mais solenes compromissos que era o de libertar o povo português das nefastas limitações políticas e sociais a que estava submetido durante o regime fascista e restituir-lhe um mínimo de dignidade e a grandeza de cidadãos livres.

A verdade é que, se tal clima de liberdade veio beneficiar os que de imediato aderiram de alma e coração ao processo revolucionário, também o mesmo aconteceu em relação a todos os seus detractores. Assim, os agentes de capitalismo internacional e as forças reacţionárias e conservadoras, inter-

mas, abaladas nos seus privilégios e privadas das condições políticas que sempre lhes proporcionaram as maiores vantagens económicas e sociais, aliam-se prontamente, e ao abrigo das mesmas liberdades, reorganizaram-se ás claras e desenvolveram vastas campanhas denegridoras de todo o processo revolucionário, explorando erros hesitações e dúvidas na resolução de problemas afectos às classes sociais mais desfavorecidas. Agravaram assim questões, já por si de difícil resolução, envolvendo o MFA e o governo numa onda de boatos e calúnias e desamoveram programas políticos verdadeiramente contra-revolucionários.

E o MFA, apegado à ideia "sagrada" dos Direitos Fundamentais do Homem, não se apercebeu inicialmente que se desenvolvia à sua volta toda uma rede, tanto de forças de "direita", como de esquerda, que o viriam a mistar numa teia de contradições, que bastante prejudicaram o avanço do processo revolucionário.

Uma das mais dolorosas verdades de que o MFA se confessa, é que não soube, logo nos primeiros tempos, definir e recortar as diferentes formas — as mais ardidas e capciosas — que podem esconder o inimigo da revolução. E porque este inimigo nunca assumiu uma dimensão nem a força, nem a configuração, nem mesmo uma actuação precisa, sistemática e coerente que permitisse a sua clara demarcação física, humana e política, nunca o MFA julgou ser possível antagonizá-lo com firmeza e determinação revolucionária. Daí, uma das causas de ter sido acusado de falta de disciplina interna e de uma contragolosa carência de autoridade.

Tais deficiências têm estado na base, juntamente com outros factores apontados ao longo desta auto-crítica, de uma preocupante escalada das forças da reacção e de uma nefasta onda de destruição que deflagrou no Norte e no Centro do País.

**2. QUESTÃO GOVERNAMENTAL**

**DÉCIMO PRIMEIRO —** A inoperacionalidade dos governos não pode atribuir-se inteiramente à instabilidade das individualidades que preencheram os lugares nos

diferentes governos que têm passado após o 25 de Abril. É preciso antes prestar homenagem a todos quantos, sabedores à priori, do carácter de transitividade das suas funções, tudo fizeram para colaborar com o MFA e os seus legítimos representantes da vontade popular.

Reside ainda nas fortes e até aqui insuperáveis contradições ideológicas reinantes dentro do MFA, as quais foram atrofiando, a sua capacidade política e revolucionária, a grande dificuldade de se encontrarem as soluções adequadas para as situações concretas e cada vez mais complexas que iam surgindo.

O Governo de Unidade Nacional só será uma realidade quando for possível formar-se uma frente patriótica unida dos trabalhadores portugueses e quando o próprio MFA for capaz de se colocar à margem das querelas partidárias e tiver capacidade moral, política e militar para lhe pôr cobro numa perspectiva de reconciliação de todas as forças verdadeiramente de esquerda que estejam interessadas no rumo da revolução portuguesa.

**DÉCIMO SEGUNDO —** A ausência de uma clara definição política e a falta de recorte do centro do poder, têm prejudicado a execução imediata de planos económicos, mesmo parciais, que não poderão avançar sem o aval e o apoio daquele. As graves dificuldades que se têm vindo a agudizar ao nível do aparelho de estado, e a falta de medidas adequadas no âmbito da planificação e da descentralização, têm corroído as hipóteses de desenvolvimento económico nacional e regional, com graves consequências na vida de cada cidadão, que não tem vindo a obter resposta para os seus problemas, após o 25 de Abril, antes pelo contrário, assiste, em muitos casos, quase em pânico, à derrocada das suas justas aspirações.

Tal demora na tomada de medidas administrativas, financeiras e económicas, tem afectado a moral das populações, retirando-lhes a confiança que inicialmente depositaram no MFA. A reacção explora sistematicamente tais insuficiências e hoje afirma e leva camadas inocentes da população a afirmar que o "povo já não está com o MFA".

### 3. QUESTÃO MILITAR DÉCIMO TERCEIRO — E

verdade também que as tarefas no domínio do político e da reestruturação das FA e ainda no âmbito da dinamização cultural das populações, do esclarecimento político e da resolução de inúmeros conflitos de trabalho, que constituem uma imersão de prioridades, têm limitado ao mínimo a capacidade do MFA para se debregar aciosamente sobre as tarefas de esclarecimento e formação política dos seus próprios militares, desenvolvendo selas um novo espírito e uma nova mentalidade que os leve a assumir uma clara consciência revolucionária do que deve ser o papel do militar no contexto de uma revolução popular e que se traduza numa imagem impar de disciplina, comão e camaradagem.

Tais condições têm marcado tristemente muitos contactos de oficiais, sargentos e praças com vários estratos da população, por formas de indisciplinas interior e exterior, incompreensão e radicalismos ridículos, rotundando parte desses militares em ataques dirigidos ao povo, às vezes injustamente, à incompetência dos comandos, que falham muitas vezes por razões que os transcendem e que são da única e exclusiva responsabilidade dos órgãos máximos do MFA.

**DÉCIMO QUARTO** — Apesar de se tratar de um assunto que poderá parecer a muita gente matéria estritamente militar, o MFA reconhece que se têm criado no seu interior condições para o bloqueamento político da revolução, através de contradições polarizadas em pessoas ou grupos que afectaram o normal funcionamento de aparelhos militares e dos diversos órgãos que o compõem. A análise do "fenómeno militar" ao longo do processo revolucionário conduziu-nos às seguintes reflexões:

a. Os militares progressistas que antes do 25 de Abril se juntaram para uma prática revolucionária que culminaria com o vitorioso desbaratamento do regime fascista, foram motivados, quase todos eles, pelas seguintes razões:

— Solucionar no campo político o problema colonial. Essa solução passaria pelo fim imediato da intervenção armada e exigiria o

reconhecimento por Portugal do direito dos povos africanos, sob a sua administração, à auto-determinação e à independência.

— Libertar o povo português de um regime opressivo que sempre lhe negara o direito às liberdades fundamentais consignadas na Carta das Nações Unidas e instituir uma nova ordem democrática, garante desses mesmos direitos.

— Recuperar o prestígio das FA no consenso do povo português.

— Sancar dentro das FA as individualidades que sempre se vincularam ao poder político colonialista.

b. Aparentemente ultrapassadas essas motivações, começaram a faltar nos seus fortes que perpetuavam os iniciais laços de união e foram surgindo, em contrapartida, fortes motivos de descontentamento, que o tempo se encarregou de desenvolver e transformar nas profundas contradições que acabaram por demarcar posições antagónicas dentro do MFA.

c. O projecto de Aliança POVO-

—MFA, lançando as bases para uma nova forma estrutural do poder, a partir de organizações unitárias de base, democraticamente eleitas, veio propôr formas revolucionárias de transferecias do poder para as classes trabalhadoras.

Não obstante a forma cautelosa como o processo de transformação das estruturas foi apresentado no documento, o certo é que, a sua apresentação ao Povo preocupou muitos camaradas que viram nele mais uma forte agração ideológica ao Povo português.

Pode dizer-se que tal projecto doutrinarário foi a gota de água que entornou o copo, pois, a partir daí, não mais foi viável a conciliação das partes disidentes.

d. — Os acontecimentos de 19/20 de Julho em torno dos comícios do PS, no Porto e em Lisboa, vieram pôr a descoberto a enorme chaga que corria desde há alguns meses a unidade das FA e sobretudo do Exército, sendo este último fortemente traumatizado pelo impasse a que as suas forças chegaram, sem capacidade de agir, sempre que solicitadas para intervir em situações que se vinham a degradar rapidamente.

Vieram ao de cima, nessa data, algumas das causas da crise, a saber:

— Impreparação política das FA.

— Impropriedade militar para uma acção correcta em conflitos determinados por mobilizações populares perturbadoras da ordem pública.

— Falta de informação e esclarecimento político das Unidades Militares.

— Falta de uma linha única de comando.

— Falta de directivas oportunas e coerentes com o desenvolvimento do processo revolucionário.

— Finalmente, a transposição para o seio das FA do contencioso PS-PC com consequências desastrosas na eficiência das suas acções.

— O "Documento dos Now", procedido dos acontecimentos no Regimento de Comandos, com o desfecho que viria a ser, e seguido da forma um tanto precipitada como foi constituído e apresentado ao País o Quinto Governo Provisório, foi a chamada "pedrada no charco", talvez inconveniente do ponto de vista militar, talvez discutível do ponto de vista ideológico, mas que sem dúvida veio a desempenhar papel preponderante na actual situação política portuguesa, pois actuou como a gaxta que desarmou o sistema envelhecido, para o qual já não se vislumbravam hipóteses de soluções pacíficas.

É a via do diálogo e do entendimento em torno de projectos-soluções que representem, à luz de uma imperiosa tolerância política, indispensável nesta altura, sucessivas aproximações às várias concepções em campo.

Contra ela, só vislumbramos a divisão pelo ódio, a opção personalista, a desagregação dos ideais, o extremar de posições, e, como único fatal desfecho, a luta fratricida e suicida dos grupos que se antagonizam.

### A finalizar

— O MFA tem pinta conhecida de que toda a divisão do povo português e das FA, irá extremar os campos em que cada um se situa e frear um clima propício ao afastamento do ódio, no qual se

levantará criminosamente o pombo sobre o povo, numa luta fratricida que irá massacar ainda mais a débil economia nacional e condurr-nos talvez, para a hecatombe e para a perda da Independência nacional, se não "de jure", pelo que menos na prática das relações internacionais.

Quem combater neste campo, quem lutar por estes objectivos, embora na defesa de puras convicções pessoais, será objectivamente inimigo da revolução pois estará a concorrer para a derrocada nacional.

A hora é de apelo veemente à unidade Unidade com todos os que divergem no secundário, mas que se encontram no plano do essencial. Unidade que se construirá com espírito de tolerância mútua, com concessões naquilo que for acidental e que não ponham em causa a construção do socialismo que todos desejamos. Unidade que se consolidará quando todos actuarem com honestidade e quando se implantar a confiança entre nós e a certeza de que nos batemos pelos mesmos objectivos e segundo as mesmas rotas.

Se não lutarmos animados por este espírito é natural que uns das partes saia vencedores, mas não exercerá, então, hegemonia sobre coisa nenhuma, porque a economia deste país não está em condições de suportar a paralisação e a recessão dos centros de produção e de abastecimento público, que servirão de uma situação insurreccional.

Em consequência disso, entre todo quanto se trata de hipotéticos confrontos generalizados, não existirão mais que destroços sociais e económicos, com os quais, a sociedade que se pretende construir, jamais será atingível.

A hora é de esperança e de fé na conciliação revolucionária das classes trabalhadoras, no povo oprimido de Portugal, nos partidos, progressistas, no MFA e nas FA.

Todos nós, militares, sabemos que é ao povo que compete marcar o rumo à revolução, mas temos também como certo, que, neste momento, somos nós a última esperança do nosso povo.



FORMIGO, Benjamin

# Nova fase nas relações de força político-militares

Benjamim Formigo



Otelo: em posição de força?

AS ÚLTIMAS semanas têm vindo a caracterizar-se por um ambiente de golpismo permanente acompanhado de comunicações e de notícias de movimentações de tropas, e até mesmo de movimentações reais de unidades.

As tentativas por parte de civis e militares de dividir o Norte do Sul têm sido nos últimos dias, a tónica de alguns discursos políticos. O PS "arranca" para o Norte com os deputados. Pires Veloso é aplaudido em manifestações do CDS; PFD e PS. O Ministro do Trabalho profere em Viseu um discurso em nome do Primeiro Ministro, cujo gabinete vem demenir, afirmando não ter Pinheiro de Azevedo escrito o referido discurso ou tomado prévio conhecimento deste. Afirma-se que o COPCON se recusou a tirar os deputados de S. Bento, enquanto que fontes próximas ao COPCON afirmam que cerca das 03h 30m estava pronta para intervir uma Companhia de Fuzileiros Navais, uma companhia de Polícia Militar e uma do RALIS, e que essa intervenção só não se verificou porque o gabinete do Primeiro Ministro não quis que as FA's actuassem. A propósito, julga-se que o motivo dessa recusa se baseia no facto de Pinheiro de Azevedo estar convencido de que, falando aos trabalhadores, os acalmaria e dissuadiria. Dentro de todo este contexto, os Nove tentam a conquista da Região Militar mais forte do país: a Região Militar de Lisboa e do COPCON. Para isso, Otelo seria "tropadeado" para vice-chefe do Estado-Maior General. Vasco Lourenço seria graduado em brigadagem e assumiria o comando nominal da RML. E ao dizer-mos que assumiria o comando nominal não parece estarmos a errar pois uma coisa é ser comandante e outra é comandar de facto. Escrevamos a cá e ao erro do regime anterior (e há quem o esteja a pre-

ficar, ao pensar que para ter o Exército ao lado bastava contar com a fidelidade dos seus comandantes.)

De 25 de Abril 74 para cá a vida política das unidades tem-se incentivado. A manipulação e/ou a utilização das tropas é possível sem que a corda seja demasiado esticada. Mas quando isto acontece, a corda parte-se, como sucedeu com os paraquedistas, que as forças mais conservadoras consideravam como uma tropa "extra disciplinada" e obediente.

Quanto à reacção das tropas paraquedistas alguns sectores afirmam haver manipulação partidária por parte de alguns sargentos. Outros respondem que ao reconhecer-se em meia dúzia de sargentos capacidade para manipular mais de dois milhares de homens corresponde a passar atencido de ignorantes aos soldados e restantes sargentos. Mas sobretudo, constata-se os mesmos sectores, "é de estranhar que um corpo altamente disciplinado como os "para", meia dúzia de sargentos tenham conseguido manipular a unidade, e a hierarquia constituida tenha sido impotente face à reacção dos soldados". A esse respeito, Morais de Silva, Chefe do Estado-Maior da FAP, teria aventado a hipótese de acabar com a unidade, a exemplo do que pretendeu Pires Veloso no CICAP, mas também aqui uma coisa é dizer e outra é fazer. Entretanto, Morais de Silva, ordenou ontem um inquérito aos acontecimentos.

Restam, evidentemente, algumas unidades fortes onde as posições políticas não estão muito bem definidas. Então neste caso, por exemplo, o Regimento de Comandos da Amadora, onde, havendo sem dúvida uma camada directiva, a nível de oficiais, existe também um sector, embora minoritário, de oficiais progressistas, e que se encontram

em posição importante na unidade. Quanto aos SUV, um elemento alemão lêria unidade disse-nos: "Ovel falar neles, mas nos Comandos ainda não os vê". Esta dificuldade de penetração dos SUV's no Regimento de Jaime Neves, deve-se em grande parte ao forte sistema disciplinar que reina na unidade.

Outra importante unidade onde as posições políticas são estátuas muito claras, resumindo-se a maior parte das vezes a um "estarmos ao lado do VII Governo" é a Escola Prática de Cavalaria onde, segundo círculos bem informados, Salgueiro Maia tem sido criticado por ser "esquerdista".

A Escola Prática de Infantaria, onde ainda não há muito se gerou um conflito oposto a maioria dos oficiais e sargentos e uma minoria de praças às restantes praças oficiais, sargentos e ao general Otelo que na altura foi comandante no comando da RML pelo comandante da EPI, continua, globalmente, sem uma clarificação de posição política, sendo no entanto admissível que os soldados e alguns oficiais e sargentos, em caso extremo, possam controlar a unidade assegurando que esta obedeça ao Comando da Região Militar, enquanto este pertencer a Otelo.

### A posição de Otelo

Saraiva de Carvalho, figura controversa que ora se apaga ora surge na primeira linha da cena político-militar, tem conseguido, sobretudo a nível de trabalhadores e a nível de milicianos e soldados, além de uma faixa politicamente bem definida, de pessoal do QP, ganhar simpatias políticas que lhe permitem controlar as suas unidades.

Um controlo total de unidades militares, segundo observadores, só se poderia conseguir após uma feroz repressão (de os soldados serem as maiores vítimas) fazendo regressar as unidades ao cumprimento do RDM fascista. Esse regresso, aprovação de um grande sector do QP — que nunca nada fez pela substituição do RDM — parece, no entanto, só ser possível após uma vitória que esse sector teria de impôr pela força das armas. A disciplina revolucionária que se pretende só será possível quando houver confiança política entre soldados e comandos, o que em muito poucas unidades se veri-

fica. Por outro lado, a falta de um projecto político que o povo sinta como seu, constitui, na opinião de alguns oficiais operacionais, a grande lacuna que faz decambiar o país e que desagrada o próprio Exército onde as lutas partidárias pelo poder se reflectem cada vez mais. Essas lutas partidárias, que se manifestaram logo após as eleições, quando certos partidos começaram a clamar pela vontade das maiorias, levaram dentro do Exército, às mais variadas alianças, assistindo-se hoje, por exemplo, a apoios tácitos dos sectores mais conservadores ao documento dos Nove. Este documento, bem como a criação do AMI, foram, segundo a opinião de militares reconhecida e mente progressistas, os dois principais ínfimos de divisionismo dentro das FA's. Por outro lado, o COPCON foi também culpado da presente situação, pela aliança mais ou menos tónica voluntária ou não do seu comandante com os Nove para destituir Vasco Gonçalves, bem como pela concordância com o encerramento da 5.ª Divisão sem que para isso tenha tomado as medidas necessárias a uma restituição que desse garantias, aos vários sectores militares de isenção partidária e de estar ao serviço da tão anunciada revolução. Assim, assiste-se agora à exigência de entrada em funcionamento da 5.ª Divisão, por parte de um grupo de pessoal do QP em serviço no EMGFA (o mesmo pessoal que emitiu um comunicado exigindo disciplina e reforço de autoridade do pessoal do QP nas unidades). "A realidade — adiantam alguns sectores operacionais — é que neste momento o oficialato burguês vê as suas posições e os seus privilégios em perigo e usa-se para combater o avanço das massas populares que os esmagaria. Não está a ver um oficial do QP pôr os seus galões em cima da mesa colocando o seu lugar à disposição do povo... Democracia sim, mas não tataré!"

### As alianças e as divisões

As alianças, no entanto, não se verificam só à direita do PCP. A própria FUR já constitui uma aliança entre certas forças à esquerda deste partido, embora na sua maioria próximas do PC, e às

qualis este partido, cuja organiza-  
ção e capacidade de adaptação às  
circunstâncias são indetectáveis, dá  
o seu apoio discreto. A seguir  
aparece uma posição, pelo menos  
não frontalmente oposta a estes,  
por parte da UDP, embora sempre  
pronta para desmasocar as manobras  
pótipistas e as manipulações  
da classe operária, e, finalmente, o  
MRPP, que se tem vindo a  
pronunciar mais através de  
elementos que lhe são afectos que  
em manifestações de rua contesta-  
tárias.

Dir-se-ia pois haver uma  
aproximação táctica anti-fascista  
de algumas forças de esquerda  
embora algumas delas não descre-  
rem eventuais manobras social-  
fascistas.

Se a esquerda parece estar  
próxima de uma frente o mesmo  
não se pode dizer dos sectores à  
direita do PCP, onde, desde há  
algum tempo se vem notando —  
divergências, nomeadamente entre  
PS e PPD, que, até estavam a  
afinar pelo mesmo diapasão. Um  
dos mais flagrantes foi o  
comunicado da JSD acerca da  
entrevista dada por M. Soares ao  
EXPRESSO e posteriormente a  
tomada de posição do PS contra o  
PPD em Viseu e nos Açores.  
Alguns observadores consideram  
que, embora seja difícil uma  
aliança PS-PCP, o PS poderá estar  
a abrir a porta a esse acordo com a  
de marcação que vem empenhando  
do lado do PPD. Simultaneamente,  
as últimas manifestações de rua,  
convocadas por sectores afectos ao  
PCP e por sectores à sua esquerda,  
têm vindo a reforçar a posição de  
alguns elementos militares, como  
seja o caso de Otelo, embora este-  
jam também a servir a estratégia  
do Partido Comunista Português.  
Círculos bem informados falam na  
possibilidade de uma remodelação  
no governo, a nível de algumas  
pastas, nomeadamente o Trabalho  
e a Comunicação Social, mas não  
há, e nem possível acordo, entre a

linha dos Nove e a de Vasco  
Conçalves. Para isso acontecer-  
teriam, afirmam os mesmos  
observadores, de ser afastados  
dos Nove alguns elementos,  
nomeadamente Sousa e Castro  
e Vítor Alves. Neste contex-  
to, Otelo seria talvez aprovada a  
proposta de reestruturação do  
COPCON, passando este órgão a  
ter, além de funções de comando  
operacional do continente, as de  
coordenação entre os órgãos de po-  
der popular e o Governo, mobiliz-  
ando assim as massas para uma  
revolução socialista. A manutenção  
do VI Governo, apenas com altera-  
ções de algumas pastas, afigura-se,  
a seus mesmos observadores,  
necessária, dada a insistência de  
uma direcção política da classe  
operária com suficiente implanta-  
ção, permitindo-lhe aquilo a que  
chamam o compasso de espera  
numa perspectiva de organização  
futura, e servindo o Exército como  
garante do avanço do processo,  
além de uma pressão constante  
junto do Governo, não possibil-  
itando desvios à direita. Paralelamente,  
há quem defenda, mais do que nunca, o afastamento  
dos partidos políticos do poder e a  
constituição de um governo  
maioritariamente militar, apoiado  
nas organizações populares de  
base, embora considerando que só  
dentro de alguns meses e com  
intenso trabalho de dinamização,  
isso será viável. Outros ainda de-  
fendem a insurreição do povo como  
única forma de fazer avançar o  
processo e criar uma ampla frente  
contra a guerra civil, que parece,  
segundo alguns militares, cada vez  
menos viável. Finalmente, Sa-  
raiva de Carvalho esteve na  
segunda-feira reunido  
com três elementos afectos  
aos Nove: Vasco Lourenço, Sousa e  
Castro e Melo Antunes. E na  
quarta-feira, durante toda a  
manhã com os comandantes de  
unidades do COPCON.

SANTOS,

Nuno Brederode

## can- to esquerdo

por Nuno Brederode Santos

### Na 25.<sup>a</sup> hora

ENQUANTO A DIREITA não comete erros, porque se limita a esperar que a esquerda se suicide, o processo português vai repondo em pé algumas das condições essenciais para o advento de uma solução autoritária de direita.

A pequena burguesia, cujo peso social e ideológico é determinante e que historicamente constitui a verdadeira base popular de legitimação das soluções fascistas, vê-se depauperada por um custo de vida crescente, para o qual não tem qualquer contrapartida em vencimentos, ameaçada de ruína a sua pequena empresa, para a qual não vê saída viável e degrada-se-lhe a **confiança**, no que, a seus olhos, isso implica de ordem, estabilidade e segurança.

Isto é um facto patente, muito embora há ainda poucos dias o editoralista de um matutino, numa explosão de esquizofrenia política, se referisse, aliado e tranquilo, à «pequena burguesia que fez já a sua opção de classe, juntando-se ao proletariado...» Porque a verdade é que é cada vez mais audível a reclamação de «ordem» — e, se uma certa ordem é o pano de fundo indispensável à própria transição para o socialismo, já a ordem tornada valor abstracto é nitidamente um elemento ideológico de direita. Tem sido em nome dessa ordem mítica que os fascismos e os bonapartismos passam. E será essa ordem mítica a desejada entre nós, se entretanto a prática não demonstrar que há outra.

Por outro lado, generaliza-se a convicção de que todos os males se devem às querelas partidárias. Não é difícil restituir a essa pequena burguesia a convicção de que um partido político não é mais do que um factor de confusão e desordem; de que os «políticos» mais não são do que charlatães sofisticados que disputam entre si a gamela do poder à custa da tranquilidade dos cidadãos honrados; de que a «política» não passa do alibi de quem não quer trabalhar — ideologia com a qual estamos todos suficientemente familiarizados e que constitui o caldo de cultura ideal para uma ditadura repressiva das mais elementares liberdades políticas.

Enfim, a circunstância de o MFA ter assumido a liderança do processo transferiu simplistamente para os militares a responsabilidade do estado de coisas. E o pequeno burguês vê, cada vez mais, na farda a origem desta maquiavélica congeminação para o arruinarem. Bastará recordar o 25 de Abril e a explicação que dele nos deram tantas e tão responsáveis figuras militares para, por muito pouco atentos que sejamos, sabermos já a medida da extrema sensibilidade de oficiais e sargentos ao «prestígio da instituição militar». Essa sensibilidade existe: pode estar contida, latente, receosa, mas aguarda condições para se manifestar. E a ninguém escapa que se vêem, hoje, tão poucas fardas na rua como antes do 25 de Abril.

Entretanto, a descolonização de Angola lançou, num mercado que os não comporta, centenas de milhares de portugueses desalojados, desempregados, em definitiva ruptura com uma vida não isenta de algumas dificuldades e portadores daquele traumatismo social que costuma catapultar para o poder um Messias fascizante e uma ideologia megalômana e chauvinista, que possa operar a catarse do «vexame» colectivo.

Ao avolumar de todas estas condições, contrapõe-se, antes de mais, um Estado que não existe, com uma vontade política que pouco se manifesta e que, quando o faz, é dispersiva e contraditoriamente e ao sabor da momentânea correlação de forças entre os inúmeros centros de poder.

A esquerda, essencialmente enquadrada pelos seus aparelhos partidários, mostra-se cada vez mais incapaz de visar mais longe do que meras plataformas conjunturais e programas de governo e é mesmo duvidoso que os dirigentes do PS e do PCP disponham hoje de considerável liberdade de manobra face às suas bases. O primeiro — que, em pouco mais de um ano, passou de embrião organizativo a grande partido de massas — não deverá o seu crescimento tanto ao seu programa socialista, como ao seu afrontamento permanente a certas práticas do PCP (e a apregoadas distinções entre anti-«pécipismo» e anti-comunismo, se pode ter sentido ao nível de quadros, não existe em termos sociologicamente significativos); hoje, o seu aparelho e a sua base de apoio estão de tal modo marcados por essa hostilidade essencial, que não será nada fácil à sua direcção — por muito clara que esteja a ver a alternativa — entender-se num projecto socialista global com a restante esquerda, de que é componente indispensável o PCP. Este, por seu turno, que em 24 de Abril de 1974 era uma organização fechada e rigorosamente clandestina, agregando pouco milhares de quadros, abre-se na legalidade por critérios larguíssimos (e, de um ponto de vista estritamente leninista, discutíveis) e submerge a sua velha guarda de quase-profissionais numa avalanche de recém-chegados, sem formação, sem experiência e, por isso mesmo, extremamente propensos ao sectarismo e ao triunfalismo. Não será, certamente, sem graves tensões internas que a sua direcção poderá, em nome de um entendimento de fundo capaz de salvar o processo, prestar-se a concessões mais do que simbólicas.

Dir-se-á que, perante este quadro, as perspectivas revolucionárias em Portugal estão perdidas e o advento de uma ditadura de direita está aprazado.

É evidente. E é precisamente nessa evidência que pode residir a chave da situação. Só essa evidência poderá mostrar ao MFA, aos partidos interessados em salvaguardar um futuro socialista para este país e às organizações populares verdadeiramente senhoras de si, que a única solução reside em serem capazes já de acordar, não num mero programa de governo, mas num projecto socialista de independência nacional — para o que todos os intervenientes terão de estar dispostos a abdicar de muito do que lhes é caro e, designadamente, à tentação da hegemonia.

## Informação e propaganda: moral da história

"É EXTREMAMENTE grave que os órgãos de informação pagos com os dinheiros públicos procurem intoxicar a opinião de forma tão grosseira e agressiva, permitindo-se ao mesmo tempo caluniar chefes militares prestigiados e membros do CR", declarou ontem, Mário Soares a um vespertino da capital referindo-se àquilo que classificou como "revelação alarmista, feita simultaneamente e quase com as mesmas palavras pelo "Diário de Notícias" e pelo "O Século" e divulgada amplamente pelo Rádio Clube Português", sobre um hipotético "golpe da direita" a desencadear hoje o que presunção, evidentemente, — acrescentou — "um plano concertado da célula comunista de informação".

"Tal facto — disse ainda Mário

Soares — reclama um inquérito e, apurado o não fundamento da "insinuação" agora divulgada, implica o julgamento dos responsáveis, bem como o encerramento imediato daqueles jornais. Não é, como adito, intolerável que se possa impunemente lançar um tal slancio no país e excitar o ódio e a chlo entre os portugueses, criando artificialmente um clima de pré-guerra civil".

Recordamos, no entanto, que a

verificar-se tal encerramento, ainda que temporário dos órgãos da Comunicação Social em causa como propõe o secretário-geral do PS, os vencedores prejudicados com tal medida viriam a ser a maioria esmagadora dos trabalhadores naqueles órgãos da Informação afeitos às disputas que, as várias facções que tem tido acesso ao aparelho de Estado travam permanentemente entre si, com o intuito de colocar a Informação estatizada ao serviço dos seus interesses. Os trabalhadores, certamente, não permitirão tal encerramento, pois saberão encontrar a sua saída autónoma para a actual crise.

Desde o 25 de Abril o Povo português tem assistido às lutas que os vários partidos governamentais têm vindo a travar para o controlo dos órgãos da Comunicação Social, dos departamentos governamentais directamente ligados à propaganda civil e militar e aos acordos estabelecidos nos gabinetes com vista à distribuição "equitativa" dos jornais agora estatizados na sequência da nacionalização da banca.

Perdida a primeira fase da batalha — aquela em que os dois terços dos advogados do "Povo Unido jamais será vencido" se

viram afastados sucessivamente da Direcção dos órgãos da Comunicação Social que hoje se encontram ao serviço dos interesses do outro terço — outras escaramuças mais ou menos violentas têm ocorrido. Ainda recentemente as alterações "introduzidas" no aparelho de Estado à luz do chamado "Documento dos Nove", devido ao seu carácter conciliador, levou a que um dos partidos da coligação governamental "perdesse" algumas posições-chave, mas permitiu-se-lhes uma reorganização a outros níveis, conseguindo assim, e a partir daí, recuperar algumas forças e ganhar balanço para desencadear um contra-golpe.

No campo específico da Informação e da propaganda a extinção da 5.ª Divisão e o afastamento de Jesusio e Monteiro do MCS foi inoportunamente, pois deixou intactas no interior dos órgãos estatizados as posições dos porta-vozes da ideologia até aí emanada pelos "vencidos". Não devem pois estranhar os "vencedores" que seja precisamente nesses órgãos que os "vencidos" mais directamente lhes contrariam, agora, os intentos.

A. P.

# O poder na rua?

**URANTE TRÊS DIAS**, os redões da construção civil estiveram nas primeiras páginas dos jornais, ocupando nestes muito espaço escrito. Do que desta greve se trata, porém, os diários, há a insistir que, visando eles diferentes interesses e visões, o que exprimiram foi, pelo menos, bastante — serão antagónicas, dentro da letra de A Luta. O Jornal Novo e República, CONTRAPONTO arquiva, deste momento da luta de classes, as atitudes, os receios — e as analogias partidárias.

Conhecemos por O Século do dia 11, quarta-feira: "A greve da construção civil teve, ontem, ainda maior adesão, paralisando em todo o país mais de 90% dos trabalhadores. Como consequência das mesmas manifestações que se podem para a tarde de hoje, o ministro do Trabalho, numa atitude sem precedentes, ordenou o levantamento de todos os serviços do ministério, em todo o país. (...) O Conselho de Ministros retirou a competência ao Ministério do Trabalho para resolver esta questão. (...) Os elementos da Comissão Negociadora do CCT Vertical, mantendo as declarações, na EP do ministro Salgado Zenha, basilarão-no para um debate público, sobre a resolução da crise, perante as câmaras da TV". No mesmo dia, o República, sob o título "Trabalhadores da construção em confronto com o Governo", escrevia: "Hoje manifestações. Ombra adere. Ministério do Trabalho faz "lock-out" enquanto o Governo tenta endossar a questão ao Ministério do Equipamento. Os trabalhadores devem avançar no controlo operário". E, mais à frente, em análise à amplitude deste confronto "é o reflexo do descontentamento dos trabalhadores da construção, que lutam por salários mais justos e não querem ser a pagar os efeitos da crise do capitalismo especulativo. De

greve na construção civil, que afinal veio a ser decretada 48 horas depois". A oposição de A Luta à greve baseia-se ainda no facto de, segundo diz, aquela vir provocar a bancarrota e o desemprego: "é isso, exactamente isso, que as tabelas salariais exigidas vão provocar, pois orçam, globalmente, a mais de 12 milhões de custos. (...) E é a isso que nos poderá conduzir a presente greve: desemprego de centenas de milhares de trabalhadores, falência de centenas de pequenas e médias empresas que, não tenhamos receio de o dizer, têm o seu papel a cumprir na construção do socialismo". Mais à frente, prossegue A Luta: "Utilizando uma fraseologia de esquerda, manipulando legítimas reivindicações e valendo-se da sua posição de oposição ao VI Governo, a letrada e mais astuta maioria dos coelhos dum só cajadado: a recuperação a nível sindical, a sua consolidação como central sindical, liderando as mais duras lutas dos sectores operários e o boicote ao VI Governo. Também o carácter eleitoralista está presente nesta declaração de greve: a brava com eleições sindicais em Janeiro, os actuais directores empenham-se arduamente em mostrar um zelo até há pouco desconhecido, não vá acontecer alguma surpresa desagradável". Quanto ao Jornal Novo, limita-se, neste dia, a anunciar a "manifestação operária convocada pela Comissão Negociadora do CCT Vertical da Construção Civil, que deveria seguir do Terreiro do Paço ao Ministério do Trabalho, e a transmitir o comunicado do Conselho de Ministros que retirava àquele ministério as suas habituais competências.

No dia 13, quinta-feira, já os manifestantes, depois de na véspera à noite se terem dirigido a S. Bento, ocupavam a zona circundante do palácio, de onde não arredariam pé. A situação agrava-



...nto, estes trabalhadores têm sido os mais atingidos pela crise capitalista, nomeadamente com o desemprego e o subdesemprego que não têm deixado de crescer. (...) É evidente que esta luta (...) feita ao PCP e à Inter sindical para lançar uma nova ofensiva contra o VI Governo, tentando mostrar-lhe que não pode governar sem o seu apoio. Ou seja: o PCP continua a apoiar-se na luta popular para retomar as posições perdidas no aparelho de Estado. É assim que o Governo procura virar o povo ao prego, atirando a culpa sobre a Veiga de Oliveira, que é do PCP e já tem excedido do assunto — a política de restrições salariais que ele impôs à TAP, aos TLP, aos CTT e à Carris. Esta é a luta dos partidos e as suas manobras. (...) Essa é a situação absurda que é típica do capitalismo: o povo não tem casa e os operários da construção não têm trabalho. Contudo, a Luta, do mesmo dia, apelando que "os trabalhadores não podem estar interessados no desemprego e na falência", afirma: "Os sindicatos afirmam que a adesão à greve tem sido quase total, saldando-se, no dia de ontem, numa percentagem, em todo o país, de 90% (...). Porém, e apesar das informações que colhemos ao longo da greve, as coisas não se têm passado bem assim. Por exemplo, numa obra da Rua Pêra de França, os vinte e poucos operários trabalharam durante todo o dia. Estivemos lá e fomos abordados de que grupos de 50 pessoas, chamados por um 'sujeito literatidical', haviam percorrido as obras da zona incriminando os trabalhadores a largar o trabalho". Segundo a Luta, esta greve inscreve nos desígnios partidários do PCP: "todos os portugueses reuniram-se, no século televisivo de vinte e três anos, quando o dr. Álvaro Cunhal (...) ameaçou seriamente o VI Governo com uma

...vásc. O Sêdo dizia: "Milhares e milhares de operários em S. Bento — Construção civil pressiona o Governo — ministros e deputados impedidos de sair de S. Bento". Uma enorme fotografia ilustrava os factos. A página 5 era inteiramente dedicada ao conflito, informando sobre o que se passava no Porto ("os manifestantes dirigiram-se ao Quartel-General"), em Setúbal ("os delegados ocuparam o edifício do Ministério do Trabalho") e em Faro ("a manifestação foi ao Governo Civil e ao RIP") e fazendo a reportagem da manifestação em Lisboa, que teria reunido trabalhadores "em número próximo dos 200 mil", os quais "gritaram constantemente 450000 salários de fome, contra o vertical e a para fora já, desemprego não, direito ao trabalho sim, fascismo não, shalzo a exploração e operários e camponeses, soldados e marinheiros unidos venceremos". Ao longo da manifestação vieram-se cartazes representando as empresas da construção civil dos distritos de Lisboa e Setúbal. (...) A Comissão Coordenadora do CCT da Construção Civil encontrou-se, finalmente, com o Primeiro-Ministro, na residência oficial, a qual acedeu às reivindicações apresentadas. Depois deste encontro, o almirante Pinheiro de Azevedo dirigiu-se à varanda do Palácio, para dar conhecimento das conclusões a que, conjuntamente com os representantes dos trabalhadores, tinha chegado. Se muito lhe custou começar a falar, muito mais dificuldade teve em prosseguir. Tudo lhe chamaram: fascista, palhao, Pinochet, etc. Além de abordo o VI Governo, da qual ninguém ardeva pá, a greve continua, Vasco, Vasco e Vasco voltaré. (...) No final do discurso, Pinheiro de Azevedo, certamente exaltado, disse, num gesto de impaciência, perante os insultos dos trabalhadores: "Vão à merda!"

(A Luta fornece uma outra versão desta tirada do primeiro-ministro: "Deixam gritar-lhes, fascista! P. A. ao microfone, replica: "Bardamenda - mais os fascistas!"

Neste dia 13, A Luta dedica toda a sua 1.ª página ao que em S. Bento se passa. Em títulos: "A democracia está em perigo — sequestrada a Assembleia ela pelo povo". Em caixa, sob o título "Para onde vamos?", um artigo telefonado de Raúl Rego, também "preso" em S. Bento: "É meio-dia de quinta-feira quando repito estas palavras. Não como desde há 22 horas e comigo todos os deputados da Assembleia Constituinte, menos os privilegiados do PCP". Artigo que termina assim: "Pelo crime de que estou sendo vítima responsabilizo quantos têm obrigação de defender as nossas liberdades. Em primeiro lugar o Senhor Presidente da República". Ao que responde O Século do dia seguinte, em artigo intitulado "Os barrilhões e a revolução cultural", assinado por F. Maia: "Um jornalista de ANOP, que no interior do casarão entrevistava quem lhe talia ao caminho, ouviu Galvão de Melo, que lhe confessou: "Por causa disto perdi um ótimo jantar, para que tinha sido convidado. Não levo a mal isto que se passa aqui. Saírei de S. Bento quando eles deixarem". Ao lado, via-se, numa foto, vários deputados, vencidos pelo sono, dormitando, instalados em cadeiras. E, na primeira página, O Século trazia: "Vitória dos operários da construção civil — acetes os três

pontos do caderno reivindicativo". Ainda na quinta-feira, o República destacava, em estilo épico, em 1.ª página, junto a uma fotografia onde se via S. Bento submergido pelos manifestantes: "Operários põem em xeque o Governo — a maior manifestação operária desde sempre em Lisboa. Camponeses de Évora, Beja, Grândola, Santiago do Cacém e Santarém a caminho de S. Bento. Operários da cintura industrial de Lisboa avassalam para a capital". Em artigo: "Os deputados passaram a noite com fome, dormindo nos sofás do palácio, mas aterrados de medo, pois todos os burgueses têm medo do povo. Eles lá sabem porquê. Os operários, no entanto, não os querem comer. Querem apenas que o Governo satisfaça as suas reivindicações. Os trabalhadores passaram a noite ao frio, discutindo, cantando, fazendo pequenos comícios, dormindo no asfalto os nos jardins vizinhos. (...) A noite foi difícil para muitos, estenuados, com fome, alguns doentes. Nove camaradas tiveram de ser levados para o hospital, desmaiados e gelados. Esta manhã, às 9 horas, dois operários desmaiaram à nossa frente". Mas "quem sofre todos os dias, a vida inteira, no mais duro dos trabalhos, fazendo casas para os outros, sujeito ao desemprego, não se cansa facilmente quando se trata de lutar pelos seus direitos (...)". Na sexta-feira, o República, para além da informação sobre o conflito, dedicava uma página à informação sobre as tomadas de posição dos partidos políticos.

O Jornal Novo do dia 13, além de uma coluna especial intitulada "O sequestro", em que o autor apelava para as virtudes da democracia como forma de resolução dos conflitos sociais (e, se se comesse democracia, não há dúvida de que seria um belo namorado de prosa), informava que "às 12.45, deputados do PS, PPD e CDS, sequestrados em S. Bento desde o princípio da tarde por manifestantes da construção civil, lograram sair do palácio, protegidos por um cordão de trabalhadores. Os manifestantes acobiciaram-nos e insultaram-nos. Pouco depois, saíram os guardas da PSP. Igualmente sequestrados. As 13.10, era a vez de os deputados do PC, de punho engido e ar triunfalista. Foram aplaudidos. As 13.15 estava evacuada toda a Assembleia". Na sexta-feira, o J. N. já podia anunciar: "Levantado o cerco a S. Bento — acetos as condições dos trabalhadores". E, em texto: "assim se desanuriu a tensão que durante todo o dia de ontem pairou sobre a capital, e não só. O tal golpe, de esquerda ou de direita, pareceu ter estado quase a surgir e verificaram-se vários indícios de que uma confrontação generalizada entre portugueses poderia vir a ecodir. Mais uma vez, porém, se evitou o desastre". Mas "quem passasse ao meio da tarde por S. Bento; verificasse a paralisação do trânsito e a ocupação do palácio; ouvisse o discurso dos oradores e as palavras de ordem; soubesse do primeiro-ministro prisioneiro — teria a sensação de que o poder estava, de facto, na "rua".

# editorial

## A conquista do poder: jornais e militares

DESDE o 25 de Abril de 1974 que a prática política em Portugal demonstra à sociedade que ninguém detém o poder. Já lá vão seis governos e cada qual governa menos que o anterior precisamente devido à carência do poder, ou seja de força bastante para impor as suas decisões. Fazem-se as leis e logo a seguir é possível criar um mecanismo que, desencadeado, por força das massas ou de cliques partidárias, acaba por anulá-las, de tal maneira que hoje há medo de legislar.

A luta desencadeia-se, sem dó nem piedade, para a conquista do poder. São várias as forças que tentam conquistá-lo, servindo-se para isso dos meios mais diversos que, no entanto, ainda não chegaram ao tiro do canhão ou da metralhadora. Por enquanto vamos assistindo às manifestações, aos boatos, ao elogio dos militares ou chantagem sobre os mesmos, e às notícias de jornais e dos restantes meios de comunicação social. Estes desempenham nos dias que vão correndo e cada vez com mais força a missão da metralha ou do serviço das forças que com eles pretendem conquistar o poder. E de tal maneira se comportam que os jornais, na sua grande maioria, passaram a desempenhar já não primariamente a missão de dar notícias, de informar o público depois de uma pesquisa aturada, mas sobretudo de o influenciar, inclinando-o para aqui ou para ali, lançando mão, para tanto, das notícias que servirem esses

objectivos. Não interessa se verdadeiras ou falsas. Veja-se, a título de exemplo, os anúncios dos numerosos golpes e contra-golpes. Nesta guerra da conquista do poder, a informação deixou de o ser para passar a desempenhar a função da metralha. Da metralha que desmobiliza, ou mobiliza, que corroi ou entusiasma. Assim deve ser lida a maioria da nossa imprensa que, enquanto imprensa, começa a estar tão des-sacreditada, como já o estava nos tempos do fascismo.

Quem vai conquistar o poder, é cedo para o dizer, sendo certo, porém, que não é todo o povo português, entendendo povo português na dimensão que tem a expressão classe trabalhadora, uma vez que este mesmo povo se encontra hoje mais dividido que ontem e depois de amanhã mais do que amanhã.

Os partidos esqueceram-se da revolução para pensarem sobretudo na revolução deles e o MFA, esfragalhado até à medula, que, em certa altura, se pensou poderia vir a desempenhar o centro receptor e emissor das tensões entre o povo através dos seus canais de expressão, também sobre si mesmo canalizou o ódio e hoje atrai a chantagem. Todo o mundo tem listas de militares que, colocados em postos cimeiros, serão desvendadas se eles não fizerem o seu jogo. E isto porque os militares não tiveram a coragem de, logo no início, haverem feito uma autocrítica do seu passado contra-revolucionário, enquanto sustentáculos do regime fascista, que haviam de derrubar e de uma guerra colonial que haviam de repelir ajudando à independência das colónias,

aliás a isso obrigados pelos movimentos de libertação.

A acusação que há dias caiu sobre Ferreira da Cunha, pode, amanhã, revestida de uma outra "nuance", cair sobre um outro militar qualquer, contanto que isso convenha a uma qualquer organização. Desde Otelo Saraiva de Carvalho, passando por Costa Gomes e chegando ao comandante do Ralis. Seria caso para perguntar quem colaborou directa ou indirectamente na morte de Amílcar Cabral, quem foi a Conacri, naquela célebre invasão que negaram todos os "Diários de Notícias" e todos os militares calaram, quem conheceu os segredos da morte de Mondlane, quem colaborou com a Legião Portuguesa, quem colaborou com a Pide nas colónias, durante a guerra colonial. É por isso que, nesta conquista para o poder, os militares poderão servir quer como ajuda, pelo facto de sobre eles atraírem a simpatia dos soldados, quer enquanto possível objecto de chantagem, pois quase todos, sobretudo os que hoje estão em lugares de chefia, podem cair sob estas circunstâncias. O que acabamos de escrever é um alerta para esta sociedade portuguesa onde continua a luta pela conquista do poder, onde essa luta não vai acabar do pé para a mão, onde cada qual prefere fazer a sua revolução esquecendo-se da Revolução com maiúscula. Isto sem esquecer que há, na realidade, forças contrarrevolucionárias que são aquelas que defendem toda e qualquer espécie de privilégios, contra o mundo de trabalhadores que todos devemos ser. Mas os contrarrevolucionários são ajudados por todos os que querem fazer a "sua revolução!"

PAISANA, Carlos Alberto Vieira  
CARVALHO, Vagas de  
BARRANACHEA, Eduardo

Expresso

75-11-19

10

CENTRAM-SE os depoimentos desta semana num tema (sloud e cada vez mais) quente: a ocupação de terras e a reforma agrária. Não pretendendo esgotá-lo sem analisá-lo sob os múltiplos ângulos possíveis, aqui ficam dois textos que são dois contributos. Um, foi-nos enviado de modo próprio por VACAS DE CARVALHO, proprietário da região de Portalegre cuja propriedade foi ocupada, em termos que, na altura levantaram controvérsia (ver EXPRESSO de 30 de Agosto).

Outra, é um depoimento de CARLOS PAISANA, director do jornal «A Terra» (afecto ao MRPP),

que foi o primeiro que nos chegou dos que pedimos a diversos partidos de esquerda. Continuaremos a publicar, à medida que formos recebendo mais.

O nosso colunista de hoje é EDUARDO BARRANACHEA, já conhecido dos leitores do EXPRESSO pelas suas crónicas sobre a actualidade espanhola, que hoje versa o tema das relações desajustáveis e das relações possíveis entre Espanha e Portugal, dois países que, tendo tanto em comum, «seguem de costas voltadas».

## A confissão de Pereira Bica

Vacas de Carvalho

O PAÍS ouviu na RTP, no dia 2 do corrente, domingo, as palavras de António Pereira Bica, secretário de Estado da Estruturação Agrária, no Barreiro e referentes à Reforma Agrária e ao processo do Alentejo.

Pereira Bica disse e o País ouviu: "Não há ocupações selvagens; as ocupações de terras são legítimas porque se destinam a impedir que os agricultores vendam os gados e as máquinas que são necessários aos trabalhadores rurais; os agricultores só não levam a terra porque esta é pesada. As ocupações sem as colheitas destinam-se precisamente a apagar estas colheitas; do produto da sua venda, parte destina-se ao pagamento das dívidas dos agricultores tem o que, segundo Pereira Bica, os agricultores não pagariam). O resto destina-se a financiar a Reforma Agrária".

Essas palavras tiveram uma única virtude — a confusão das responsabilidades de Pereira Bica no processo de ocupação que tem corrido no Alentejo. Esta confusão compromete por um lado o grupo de técnicos que, trabalhando no

Instituto de Reorganização Agrária (IRA) ou nos Centros Regionais da Reforma Agrária (CRRAs), põe em prática o processo que até agora era pouco claro, de incitamento e fomento activo das ocupações de propriedades. Por outro lado, estas declarações comprometem o PCP, partido ao qual Pereira Bica está ligado.

Acontece que em 16 de Agosto passado foi-me dito pessoalmente por Oliveira Baptista, então Ministro da Agricultura do V Governo:

"Uma vez que existe já a lei da Reforma Agrária, que estabelece precisamente o procedimento a seguir pelo IRA e CRRAs nas suas relações com os agricultores (expropriação, inventário de bens, distribuição das áreas de reserva e sua demarcação, compra de máquinas e de gados excedentes em relação a essas áreas de reserva) este Ministério não sanciona quaisquer ocupações de terras.

O IRA tem instruções rigorosas para que os técnicos não compareçam em quaisquer ocupações, as quais são consideradas por este Ministério como ilegais."

Nova altura foi dada a colaboração das Autoridades Militares no sentido de se impedirem efectivamente as ocupações, donde o conhecido documento do COP-LON de 11 de Agosto.

Não devendo também, até prova em contrário, que a posição do VI Governo e a do actual Ministro de Agricultura, Lopes Cardoso, seja a de restrição legalidade e justiça, procurando-se portanto das polícias de Pereira Bica.

Com efeito, o processo do Alentejo não é limpo nem legal. Como se prova agora, foram utilizadas chantagens e truques; foi utilizado o segredo e o trabalho sobrevigado em vez de exortação às boas pessoas.

Os crimes, foram cometidos e cometidos em reacções e incidentes entre classes. Sacrificaram-se milhares de agricultores e suas famílias, muitos dos quais não têm agora meios de subsistência.

A tão utilizada mentira de que se eram oscondidos terras incultas é de a descoberto Pereira Bica que a ocupação dos colheitas de gados teve uma intenção oculta. Portanto, foram efectuadas ocupações de terras cultivadas.

As suas palavras enclamecem também os técnicos homínios do IRA e dos CRRA os quais significam que, enquanto trabalhavam tentando aplicar a lei da R.A. existente, tentando criar um pouco de ordem no Alentejo, houve alguns iguais que em segredo sabotavam essa lei e destruíam o seu objecto.

Um outro ponto importante é a falta de plena responsabilidade da maioria dos trabalhadores rurais nos factos ocorridos. Os agricultores tinham instintivamente adivinhado, que os verdadeiros e grandes responsáveis eram os que por detrás incitavam as ocupações, dando a violência praticamente não ter surgido no confronto entre agricultores e trabalhadores rurais.

Quando Pereira Bica diz: não há ocupações selvagens, deveria acrescentar — do ponto de vista do meu partido, o PCP. Porque é evidente que não está a falar como membro do Governo.

Quando Pereira Bica diz: as

ocupações são legítimas porque se destinam a impedir que os agricultores vendam os gados e as máquinas, está demagogicamente a fazer o jogo do PCP. Senão vejamos:

Como se sabe, a lei garante aos agricultores, proprietários ou rendeiros, as áreas de reserva, assim como os gados e máquinas que lhes pertencem. Só o excedente seria a comprar pelo IRA, para o que são previstos os inventários a fazer entre os CRRA e os agricultores. Igualemente a lei garante aos agricultores as colheitas das culturas que flozeiam, mesmo nas áreas expropriadas, uma vez que pagaram todas as taxas e salários.

Ora o que aconteceu até agora foi a expulsão dos agricultores, que são proibidos pela força de passarem as terras que cultivavam os inventários são feitos pelos técnicos dos CRRA ou mesmo pelos trabalhadores rurais, na sua quase totalidade sem intervenção ou conhecimento dos donos, os bens, máquinas e gados, que iam formar a reserva das suas áreas de reserva, são vendidos ou desviados para as projectadas Cooperativas; finalmente, não recebem o produto das colheitas, que também irão financiar as Cooperativas.

Existem dívidas de que todos os direitos dos agricultores estão a ser pisados? Não têm estes razão se perderam a confiança na legalidade? Não será esta falta de confiança a causa da venda ou da colocação dos seus bens em lugares mais seguros?

Diz-se-lhe que Pereira Bica confunde as causas com as consequências. Mas não é isso. Pereira Bica sabe muito bem o que acontece.

As suas palavras, que são de extraordinária má fé, significam o seu não reconhecimento dos direitos dos agricultores; significam a sua posição de boicote à lei; significam a sua obediência ao PCP e o seu desprezo pela política do Governo.

Finalmente, a posição tomada por Pereira Bica sobre o pagamento das colheitas, é de molde a causar a indignação de qualquer pessoa honesta.

No caso do trigo, por exemplo, o agricultor obedecendo à lei, teve de entregar o trigo ao Instituto dos Cereais; não no caso mais favorável, em que o trigo não foi colheido já por ocupação, e a sua entrega feita em nome das Cooperativas. O Governo fez o preço após a sua entrega, o qual, acima de 150 toneladas é o preço do ano passado. Pois este dinheiro, parte deve pagar as dívidas do agricultor, o que é aceitável, o resto é desviado para financiamento das Cooperativas.

Qual a moralidade dos responsáveis pela utilização abusiva de dinheiro de particulares, para financiar um plano Governamental?

Em que situação se deixam os agricultores que têm dívidas a particulares, mesmo dívidas de despesas correntes, e que passaram por desconhecidos? Como se prevê a sua subsistência e das suas famílias?

Além do mais, esta injustiça vai sobre pessoas que perderam terras, bens e dinheiro e o direito ao trabalho!

Conheço casos de agricultores cujas dívidas a bancos continuam a vencer juros, enquanto o dinheiro que lhes é devido foi desviado! Impressionante!

Depois dos retornos do Ultramar, os milhares de desajudados do Alentejo já são um facto, desta vez criados ao lado duma Europa Ocidental do século XX.

A mudança está a cair. A verdade começa a vir ao de cima.

E com ela a verificação de que um Governn não pode governar sem pessoas que atraiam a sua orientação.

O V Governo, de Vasco Gonçalves, promulgou a lei da Reforma Agrária e não a fez cumprir. O VI Governo, de Pinheiro de Azevedo, manteve as estruturas e os técnicos mesmo processo de prepotência e legalidade.

Pessoas como Pereira Bica só serviram um Governo com por cento PCP, que impuseram ao País, negativamente, um figurino russo, o que o País já claramente e suficientemente recusou. Mais cedo ou mais tarde estas pessoas irão de ser eliminadas do Governo. Mais cedo ou mais tarde terão de responder ao País pelos seus actos.

# O despertar de um sonho letárgico

Carlos Alberto Vieira Paisana

O MOVIMENTO de ocupações e confisco das terras dos latifundiários e grandes agrários pelos assalariados rurais e camponeses pobres constitui e constitui, sem dúvida, um poderoso passo em frente das massas camponesas na aplicação da sua própria Reforma Agrária, na realização prática da sua máxima aspiração: a expropriação das terras em que sempre trabalharam a troco de miséria, fome e repressão.

Com o movimento de ocupações, o "movimento composto" desperta de um sono longo e letárgico, para onde os capitalistas, os latifundiários e grandes agrários o haviam empurrado depois de, com o auxílio dos revisionistas, o terem tentado narcofizar.

O nosso partido foi o único a defender claramente no seu programa, "a confisco imediato de toda a terra dos latifundiários e grandes agrários e a sua entrega à gestão dos comités ou associações de camponeses". Contra essa justa orientação ergueram-se todos os partidos da burguesia, e em particular o partido social-fascista, acusando-nos, a nós e aos camponeses (que entretanto a puseram em prática), de fazermos "o jogo da reacção". Para comprovar a política de conciliação com os interesses dos latifundiários prosseguida pelo P.C.F., política que se materializou pela oposição aberta às ocupações e de abandono completo dos camponeses, registamos a afirmação feita por um dirigente da liga social-fascista numa reunião recente em Beja: "Houve um tempo em que pensámos que os grandes agrários ainda estavam interessados em fazer a Reforma Agrária com os camponeses".

Importante para o passo por nós tomado ao irremediável movimento de ocupações, os social-fascistas, ligados com o capital, procuram ainda contribuir em certos limites, sabendo o que fosse possível do poder dos latifundiários. É assim que surge a chamada "Lei da Reforma Agrária" sob a forma de decreto-lei 406-A-35 de autoria do partido social-fascista e publicado pelo governo do seu "companheiro" Vasco.

Para além de se proibirem as ocupações dos latifúndios até 50ha no caso de terra de sequeiro e 50ha no caso de regadio, permite-se aos grandes agrários em qualquer caso, até à, independentemente destas limitas, reservar para si uma área até aquela superfície, havendo lugar ainda ao pagamento de indemnizações para os parasitas que venham a sofrer a "inutilidade" de ficar sem as terras.

Para aplicar esta reforma agrária capitalista, que visa acima de tudo criar nos tempos uma nova burguesia rural, avança sobre os campos um exército de burocratas, de engenheiros, doutores e toda a espécie de técnicos que, arreadamente do chorados ordenados, pretendem dar a lição aos camponeses de que os IRA, CRRA, etc., poderão resolver os graves problemas e dificuldades surgidas após as ocupações: dificuldades essas criadas pela política de traíção e abandono do partido social-fascista, que permitiu aos latifundiários o saque dos instrumentos de produção, do gado, das colheitas, etc... visando ao desprezo este aparelho burocrata e aperechendo-se da natureza das direcções social-fascistas dos sindicatos e das ligas, os assalariados rurais e os camponeses pobres começam a caminhar pelas suas próprias pernas, não deixando de verificar que no momento em que a sua situação é cada vez pior, a "ajuda" que os governos da burguesia lhes prestam traduz-se num maior empobrecimento e no agravamento da sua situação de miséria. E o caso do tão propagandeado "Crédito Agrícola de Emergência", concedido aos camponeses pelo "médico" Juro de 6,5 por cento.

Em autentica situação de desespero, semindo perder a influência e a direcção sobre o movimento composto, os social-fascistas e os diversos sectores da burguesia lançam mão de várias manobras, desde a criação de um pseudo "Comité Revolucionário de Apoio à Reforma Agrária" que mais não é do que a reacção do "dia de salúrio para a Nação", até às caravanas militares de distribuição de sementes e adubos aos

camponeses. Todas estas "generosas" iniciativas, para lá de tentarem esconder aos olhos dos camponeses os verdadeiros responsáveis pela sua grave situação, não deixam no mínimo as relações de produção e sociais do sistema capitalista no campo e, antes pelo contrário, visam faz-las reproduzir.

Tal como em relação às ocupações das terras dos latifundiários, duas políticas diametralmente opostas se confrontavam, também em relação ao prosseguimento da luta dos assalariados rurais e camponeses pobres: a política da burguesia e a do proletariado. São inconciliáveis.

Para o proletariado revolucionário, não pode ser o Estado dos capitalistas e latifundiários a resolver os problemas dos camponeses, seja qual for a capa de que ele se obra. Só os assalariados rurais e os camponeses pobres devem dirigir e organizar toda a

produção na base das terras confiscadas, através dos seus Comités e Associações. Só o controlo operário sobre a Banca e a criação de um sistema bancário adequado às necessidades da Reforma Agrária dos camponeses poderá assegurar aos proletários rurais um verdadeiro auxílio na resolução das suas dificuldades. Só a centralização dos Comités e Associações de Camponeses e a sua ligação às Comissões de Trabalhadores das fábricas permitirá romper as amarras globais da economia nacional, planificar toda a produção e dessa forma defender prioritariamente os interesses das massas camponesas.

Só a unidade dos assalariados rurais com os camponeses pobres, salvaguardando os interesses desta camada do povo explorado do campo sob a direcção dos proletários rurais, poderá consolidar o movimento camponês e impedir que a burguesia cave a sua divisão

e esconda sobre ela a sua hegemonia.

Para o proletariado revolucionário, para o nosso partido, trata-se de modificar radicalmente as relações sociais no campo. Mas isto só será realizado completamente se os operários e os camponeses tomarem o poder político, destruírem o Estado dos capitalistas e latifundiários e construírem o seu próprio Estado. Esta é uma necessidade de que as massas camponesas se começam já a aperceber, à medida que pretendem levar a sua Reforma Agrária até ao fim.

Ao contrário, os social-fascistas do partido de Barralinas Cunha dizem que "é preciso avançar na Reforma Agrária", pretendem pôr as massas camponesas a trabalhar tanto para a velha como para a nova burguesia rural — que através dessa reforma estão acerbissimamente a criar — fazendo-as caminhar rapidamente para a ruína e para a fome.





De Madrid  
escreve **Eduardo Barrenechea**

## Espanha e Portugal continuarão de "costas voltadas"

O QUE SUCEDE no Pacto Ibérico? Tanto as autoridades portuguesas como as espanholas sabem que está absolutamente no passado, que é «letra morta». Melhor dizendo que é *nada*. Sua alteração, no entanto, oficialmente continua vigente.

Porquê?

Vigenes também os mais recentes acordos firmados, em da queda de Castiã, que previam situações de diversa índole, entre as quais, planos conjuntos de desenvolvimento regional a aplicar num e noutro lado da serra fronteiriça, (nove distritos portugueses e seis províncias espanholas, com um total de 138 mil quilómetros quadrados e quatro milhões de habitantes, que formam no seu conjunto a bolsa de pobreza mais extensa de toda a Europa Ocidental). O que sucede com esses planos bem como os seus projectos — oficialmente divulgados em 1973 de criar um zona de livre troca luso-espanhola? As políticas e os políticos mudam, mas os povos ficam. Espanhóis e portugueses, estamos formados um deserto ao longo dos 1200 quilómetros de fronteira. Um deserto populacional que será muito difícil de voltar a encher. Só no decurso de 1961-1970 cerca de um milhão de pessoas abandonaram os distritos portugueses e províncias espanholas fronteiriças, e tanto para Portugal como para a Espanha — como nações — viver virando-se mutuamente as costas, é um contrassenso, pois os quatro milhões de pessoas que habitam a região, essa polia implica uma condenação lenta à sua extinção.

A fronteira luso-espanhola, ao ser uma fronteira política não física (não existe nenhum acidente geográfico de excepção) deveria ter servido, desde há séculos, para realizar uma verdadeira articulação e planificação de todo o território que abarcaria planos conjuntos de exploração das riquezas existentes na zona, desde agricultura semelhantes, a aproveitamento em comum a condensado do urânio de Salamanca-Guarda, ou de Círculo-Castelo Branco, à zona de piratas de Huelva-Beja. Para ambas regiões de Espanha, a fronteira é um buraco sem fundo, um precipício. Toda a alta meseta castelhano-leonesa — onde nasce o rio Douro — não tem outra saída natural: senão o caminho do rio que abre no seu curso até ao Porto (que poderia tornar-se navegável desde Zamora). O mesmo sucede no curso do Tejo e a sul do Guadiana, sem portos — a começar pela projectada e já executada de Vila Real de Santo António a Ayamonte — e servisse para a mútua penetração das correntes turísticas de Algarve e da Costa da Luz.

Se para a Espanha, chegar-se à janela do Atlântico representa um hálio de oxigénio em amplas regiões sem saída para o mar, e em constante asfixia, portanto, para Portugal a abertura desses caminhos para o mar, poderia converter-se em «passagens industriais» de certo peso, e os seus portos (Porto, Lisboa, Setúbal e o futuro porto de Sines) poderiam ter um aumento substancial do seu movimento de mercadorias. Mas para isto — como em tantas outras coisas, só que não é este o momento nem o lugar de as assinalar — a fronteira teria que «abrir-se» e «irmanar-se» a cooperação luso-espanhola. E, por desgraça e para desgraça de portugueses e espanhóis (e em particular dos portugueses e espanhóis mais deserdados — mais pobres — melhor dizendo, são os habitantes da região fronteiriça), hoje é mais impensável o que ontem sonhar com a aplicação dessa mútua política de entendimento e cooperação.

Desde 25 de Abril de 1974, tanto a Espanha como Portugal parecem ter um só interesse básico nas suas relações: evitar qualquer tipo de atritos. Esta política só foi escurada pelo ataque à Embaixada de Espanha em Lisboa (que facilmente podia ter sido evitado pelas autoridades portuguesas). Restando essa preocupação política, as relações hispano-portuguesas de qualquer tipo, se vindo a deteriorar-se a olhos vistos. Sejam os intercâmbios comerciais ou turísticos, passando pelo culturais, os débeis laços e nos usiam «enfraqueceram». Mas acontece que por mais ditos que sejam esses laços, jamais poderão romper-se de todo, e um imperativo físico: somos países fronteiriços e, portanto — se se queira ou não, quer se goste ou não — estamos «condenados a viver juntos».

Podemos deduzir que — sendo como é a política a arte possível — talvez o mais prudente seja deixar tudo como se não existisse o pacto ibérico e esquecer-se qualquer acordo adotado no passado, porque poderia dar origem a problemas de não monta que não interesse absolutamente nada desencadear a qualquer dos países. Nem Portugal, com um processo revolucionário cujos fins e metas estão longe de ser claros, e com uma Espanha que vê terminar nestes dias um largo período de cerca de quarenta anos de poder franquista, quem sabe se se está a aplicar a toda política, a do «deletar si niente».

Um Ministro português (não me recordo agora de qual é os seus Governos Provisórios) disse: «Espanha e Portugal «acostumaram-se» na Europa». É, modestamente, discutido, primeiro porque os caminhos que à Europa levam ainda não podem ser iniciados por Espanha e estão sendo claramente desandados por Portugal, se bem que a política possa variar. E segundo, pois quanto à Europa não seria o mesmo que cada um dos nossos países negociasse separadamente, do que faz-lo em conjunto, como «Bloco Ibérico». Portugal e Espanha pela sua situação privilegiada poderiam jogar juntos numa base de força seguramente benéfica para ambos. Não esquecermos que nos nossos dias a geopolítica condiciona a geo-política, a geo-estratégia militar e até a geo-economia.

Espanha e Portugal, tão perto e tão longe.

\* **EDUARDO BARRENECHEA**, jornalista do diário madrileno «Información», está desenvolvendo o lugar de sub-director. Anteriormente, desde a primeira hora a processo revolucionário português, tendo publicado dois livros sobre o novo país, de colaboração de Luís Carandell. O mais recente chama-se «Portugal 74».